

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 020/07.

1
2
3
4
5 Aos vinte quatro dias do mês de setembro de dois mil e sete, às dezoito horas e quinze minutos,
6 pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata,
7 reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do
8 Município de Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, nº 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob
9 coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos
10 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann –
11 **Instituto Leonardo Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade**
12 – **Instituto São Benedito**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Milda S. Pinent –
13 **UAMPA**; Iara de Fátima Bueno da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria
14 de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Irilde B. da
15 Silva – **CORAS Extremo Sul**; Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de
16 Souza – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T. de
17 Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Marister da Cunha
18 John – **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira C. da Silva – **CORAS Norte**; Leila
19 Maria P. Azevedo – **CORAS Restinga**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**.
20 **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cristina N. de Moraes Torres – **Câmara Municipal**;
21 Luziane da R. Garcia – **DMAE**; Iara Severo de Assis – **DEM HAB**; Andréia Paim Leal – **DMLU**;
22 Cláudia Ilha de Lima, Sandra Mara Nunes e Lúcia Helena de Souza – **FASC**; (*Aguardando*
23 *indicação*) – **GPO**; Juliano Vasconcelos – **SEACIS**; Alfa Adélia S. Buono – **SMA**; Ana E. S. Assis
24 – **SME**; João Inácio C. dos Santos – **SMF**; Suzana Marins – **SMGAE**; Carlos Fernando S. Filho e
25 Sara M. de Menezes – **SMGL**; Manolo Cachafeiro – **SMIC**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria
26 Francisca da S. Oliveira e Sérgio L. Cupini – **CORAS Eixo Baltazar**; Olinda Maria Roberti –
27 **CORAS Noroeste**; Glademira M. C. Barbosa – **CORAS Restinga**; Gleci Godoy Alvarenga –
28 **CORAS Sul**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Denise Araci Leonhardt e Cristina P. Palavro –
29 **Associação Cristã Feminina**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Paulo Francisco da Silva e
30 Nelcinda A. da Silva – **CORAS Partenon**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes e Adalberto
31 Gomes F. Júnior – **Câmara Municipal**; Eloísa Helena C. Strehlau e Camilo de Lélis Furlin – **SMC**;
32 Paulo Roberto Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Ana Brum e Cristina S. Farias – **SMED**;
33 Gregelda L. S. Marques e Paulo Renato – **SMJ**; Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki –
34 **SMS**. **Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Participaram também, como
35 convidados, os Conselheiros do CMDCA: Leci Soares de Matos – **ACCAT**; Luciane Escouto –
36 **USBEE**; Alice D. Bittencourt – **Instituto Amigos de Lucas**; Gilberto V. Hügel Lisboa – **FASC**;
37 Maria Eva G. Carvalho – **Educandário São João Batista**. Após assinatura da lista de presenças a
38 Sra. Maria Lopes Rodrigues deu início aos trabalhos. **Pauta**: 1) **Apresentação do Sistema CGEPS**
39 – **Cadastro Geral de Entidades**; 2) **Projeto Figueira – Reordenamento da Rede de Abrigagem**
40 **Infanto-Juvenil (Em conjunto com o CMDCA)**. Sra. Presidente (Maria Lopes Rodrigues): Boa
41 noite a todos, sejam todos bem-vindos. Não chegaram todos os Conselheiros, mas como temos uma
42 pauta extensa nós vamos dar início. Neste primeiro momento nós teremos a apresentação do
43 CGEPS, o Eduardo Lang que vai estar fazendo a apresentação do projeto para os Conselheiros, ele
44 já apresentou para a Executiva. Nós temos um grupo de trabalho que faz parte e a idéia é
45 exatamente hoje estar apresentando para os Conselheiros. Então, a gente vai dar início, até para não
46 atrasar muito e ter tempo de vocês fazerem todas as perguntas. Então, Lang, seja bem-vindo, é tudo
47 contigo. 1) **Apresentação do Sistema CGEPS – Cadastro Geral de Entidades**. Sr. **Eduardo**
48 **Lang**: Boa tarde a todos. Eu sou técnico da PROCEMPA há 20 anos, mais focado na área de

49 atendimento à assistência social há 05 anos. A área de assistência social sempre foi muito carente na
50 área ferramental, de informática principalmente. Então, nesta gestão resolvemos criar um projeto,
51 que é o Projeto SIAS, é o Sistema Integrado de Assistência Social, o CGEPS é um dos módulos. Eu
52 vou dar uma pequena introdução sobre o que é o SIAS. O SIAS hoje tem a maior equipe montada
53 para ele, tem cinco módulos: Cadastro Geral de Entidades em Programas Sociais; Rede de Proteção,
54 que muitos de vocês devem conhecer como GRANPAL; Sistema de Programas Sociais; Prestação
55 de Contas e Controle de doações, que vocês já devem conhecer, que existe desde o final do ano
56 passado. O CGEPS é um sistema que busca uma padronização das informações, hoje nós temos os
57 órgãos CMDCA, CMAS, a própria FASC, com cadastros separados de informações das Entidades.
58 Então, muitas vezes nós temos o registro atualizado no CMAS, tem outra informação no CMDCA e
59 na FASC pode ter uma terceira. Esse sistema busca ser único, que quando você faz a atualização em
60 algum desses locais, nos outros locais você tem a mesma informação. O objetivo disso é fazer com
61 que a pessoa não precise ir nos Conselhos atualizar quando muda algum dado. A questão de levar o
62 documento continua a mesma, normal, mas se simplesmente mudou o endereço, tu podes informar
63 em um local e o outro já fica sabendo. Ele padroniza os programas sociais, que hoje muitas vezes
64 nós tínhamos nomenclaturas diferentes para o mesmo programa, a idéia é que todos os Conselhos
65 tenham critérios de normatização. Ele facilita o acesso às informações sobre Entidades e programas
66 sociais e possibilita disponibilizar datas para a construção de indicadores, saber por região quais os
67 programas que são trabalhados, quantas Entidades executam cada programa. Hoje nós estamos
68 trabalhando por causa do GRANPAL, sete municípios já estão utilizando esse sistema, sendo que
69 cada município só vê as suas Entidades, mas esse sistema permite que uma Entidade de Porto
70 Alegre trabalhe em Canoas, ou que uma Entidade de Canoas trabalhe em Porto Alegre. O que ele
71 tem de funções? Tem o cadastro dos programas, o cadastro das Entidades que a gente define como
72 cadastro de Entidades, nome, CNPJ, endereços, os gestores dela, o cadastro das executoras, que
73 basicamente define como o local onde é prestado cada programa, e a vinculação desses programas
74 aos locais. O CGEPS, na verdade, é a raiz de todo o sistema, então, todas as informações que
75 estiverem no CGEPS o Rede de Proteção vai utilizar, a prestação de contas, o cadastro de
76 programas sociais, vão se utilizar desses dados. Então, por isso que ele tem que estar o mais
77 consistente possível, com a informação mais real possível. Utilizando o CGEPS no Rede de
78 Proteção é o seguinte: quando uma pessoa for buscar atendimento no módulo da FASC, quando for
79 encaminhado para algum programa, o programa tem que estar cadastrado no CGEPS. O endereço da
80 Entidade tem que estar correto para poder encaminhar a pessoa para o local certo. O SIAS se divide
81 em dois braços: CGEPS SPC e Sistema de Controle de Doações, mais para o lado de Entidade. O
82 Rede de Proteção e o SPS é mais para o lado de pessoas que buscam atendimentos. A forma de
83 trabalho, cada sistema tem um monitoramento, tanto para o desenvolvimento, como a partir de
84 agora para a monitoração dos dados que já estão lá dentro. O CGEPS foi lançado na Prefeitura há
85 um mês mais ou menos, foi lá apresentado e desde lá o sistema está sendo alimentado muito
86 fortemente aqui no CMAS. Essa é uma visão muito superficial do SIAS, vou apresentar mais o
87 CGEPS mesmo, que é o sistema que está no ar. Para utilizar o CGEPS tem que ter uma senha, cada
88 senha tem um nível de permissão. Então, nem todo mundo que tem uma senha pode ver todas as
89 informações. A idéia é que cada Entidade tenha uma senha para poder atualizar os seus dados.
90 Então, a Entidade vai poder entrar no sistema, visualizar os dados dela, somente dela, e a partir dali
91 fazer as atualizações necessárias, com gestores de endereço. O sistema agora permite fotos e
92 imagens das Entidades. O sistema apresenta uma lista de Entidades cadastradas, tanto no CMAS, no
93 CMDCA. Na verdade, a base desse cadastro foi feita com as Entidades existentes no CMDCA.
94 Então, todas as Entidades que tinham foram trazidas para cá, nós temos o nome da Entidade, o
95 nome fantasia e o CNPJ. Nós podemos fazer a busca das Entidades tanto pelo nome, por parte do
96 nome, colocando algumas letras do nome, ou fazer a pesquisa fonética. Muitos dos problemas que
97 nós tínhamos antigamente era de procurar uma Entidade, por exemplo, Washington Luís e colocar

98 Luiz, ela estava cadastrada com “s” e não trazia, agora a possibilidade é que traga todas,
99 independente de como foi escrito. Também pode ser feita a pesquisa pelo CNPJ, ou por parte do
100 CNPJ, colocando alguns números de trás, também por tipo de Entidade, se é governamental ou não,
101 e pela situação que ela apresenta em cada um dos órgãos construído pelo sistema. O sistema
102 também permite manter um histórico da Entidade, não excluindo o cadastro, simplesmente tornando
103 ela inativa, fazendo com que tudo que foi cadastrado permaneça no sistema, podendo ser acessado a
104 qualquer momento. Hoje no sistema nós temos cadastrado 468 Entidades, ativas temos 456. Por
105 exemplo, eu vou pegar a PROCEMPA aqui para mostrar quais são as informações que temos. Nós
106 temos o número que o sistema gera automaticamente, que ninguém tem acesso, Companhia de
107 Processamento de Dados é o nome, CNPJ, fundação, o tipo, o âmbito de atuação, se ela não fosse
108 governamental apresentaria aqui o caráter. Neste quadro apresenta o dado do Conselho de
109 Assistência. Então, somente quem tem acesso à inscrição no CMAS, data de inscrição e o tipo de
110 atuação, se é prestador de serviço, são as pessoas que utilizam o sistema aqui no CMAS. As outras
111 pessoas, do CMDCA, da FASC, ou de qualquer local que utilizar o sistema vão ter acesso às
112 informações, quem atualiza as informações referentes ao CMAS é o CMAS, da mesma forma o
113 CMDCA. Outra informação que nós temos das Entidades é o endereço. O sistema hoje permite que
114 sejam colocados vários endereços para a Entidade, inclusive, com registro histórico. Quando fala no
115 início e fim é se a Entidade estivesse em um local, ela se mudou, a pessoa que fizer o cadastro tem
116 que colocar quando se mudou e atualizar o novo, a partir de quando. O sistema também permite o
117 cadastro de gestores, da mesma forma permite a inclusão de gestores. O sistema que existia no
118 CMDCA, nós só tínhamos o cadastro dos gestores atuais, perdia-se todo o histórico, hoje esse
119 sistema permite que se tenha o exercício do mandato, fazendo uma lista bem grande de todos os
120 gestores, de acordo com o tempo. A situação cadastral é o seguinte: nós temos aqueles dados
121 básicos que são iguais nos dois Conselhos e na FASC, porém, cada órgão tem que dizer como está a
122 situação da Entidade no local, se ela está com a documentação em análise, se está na ativa, se está
123 com a inscrição cancelada. Essa parte de ativação quem faz hoje é o Comitê que se reúne
124 mensalmente, define, se uma Entidade está inativa pode se tornar ativa mais adiante. Cada Entidade
125 pode ter uma lista de executoras, no caso, a PROCEMPA não possui. A FASC tem como executora
126 todos os módulos, os centros regionais e os abrigos. Então, para cada executora o nome, o CNPJ,
127 que pode ser diferente da Entidade principal, o nome fantasia, o nome para contato, telefone, uma
128 inscrição, que pode ser diferenciada tanto no CMAS quanto no CMDCA. Também possibilita que
129 sejam incluídos os endereços de cada unidade executora, passado, presente. Então, a Entidade pode
130 estar com os dados ok, a executora não, pode ter essa diferenciação. **Sra. Miriam Dabdab D.**
131 **Kolinger:** Quem vai validar os dados dessa Entidade? **Sr. Eduardo Lang:** Nessa parte da
132 Secretaria é a FASC, aqui no Conselho nós temos autorizados a Adriana, a Míriam, o Paulo. **Sra.**
133 **Miriam Dabdab D. Kolinger:** Se a Entidade mudar de endereço o Conselho vai atualizar? **Sr.**
134 **Eduardo Lang:** Isso. A idéia é que cada Entidade possa ter a sua senha, aí ela própria atualiza, só
135 ficando de vir aqui no Conselho, ok ou não, quando ela trouxer a documentação. Os dados que são
136 comuns, que não fogem, que são de responsabilidade da Entidade, fica para ela. A idéia é que
137 somente o CMAS e CMDCA tenham que dar ok, o cadastro de informação vai ficar para a
138 Entidade. Também a informação de cada programa para cada unidade executora. A gente pode ter
139 informações, tipo, a data inicial e final que esse programa está vinculado para aquela unidade
140 executora. O programa pode funcionar somente para algumas faixas etárias. Então, tu podes incluir
141 que o programa trabalha de 0 a 6 anos, de acordo com a definição. Se o programa presta
142 atendimento somente para algum gênero específico, se o programa presta atendimento somente a
143 alguma necessidade especial, se o programa executa atividade somente para uma raça e ainda a
144 situação cadastral. O CGEPS nada mais é do que um cadastro com as informações básicas das
145 Entidades, as unidades executoras também. Nós podemos fazer pesquisas direto pelas executoras, aí
146 posso buscar pelo nome da executora, que vai facilitar a minha pesquisa, ou, então, posso fazer uma

147 pesquisa direta pelo programa, onde eu escolho algum programa e ele me mostra somente as
148 Entidades que tem aquele programa, ou aquele programa que tem aquele tipo de modalidade, ou que
149 tem uma faixa etária específica. Outra forma de pesquisa, nós podemos verificar a situação de cada
150 local, se eu quero ver no CMAS quais são as Entidades que estão ok com os programas, hoje não
151 tenho nenhuma atualizada até a parte final, mas na Entidade já tenho. Dasquelas 456 Entidades
152 cadastradas, temos 133 Entidades que aqui no CMAS já atualizou seu cadastro, já deu ok. **Sra. Iara**
153 **de Fátima Bueno da Rosa:** Pode colocar como exemplo a Associação Cultural Beneficente Ilê
154 Mulher. **Sr. Eduardo Lang:** Este já está ok. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Faz os outros
155 passos para a gente ver como é. **Sr. Eduardo Lang:** Temos o endereço da Entidade, o telefone, a
156 data e fim de mandato, não temos nenhuma imagem, as executoras vinculadas a ela. **Sr. Paulo:** Só
157 para complementar. Qual é o fluxo de trabalho que nós optamos em fazer aqui no CMAS? Como
158 foram puxados dados de um outro sistema que era do CMDCA. Nós estamos indo por ordem
159 alfabética e é um trabalho bem minucioso, porque a gente tem que atualizar, muitas vezes tem que
160 conferir os dados, a gente está ligando para as Entidades, mas mesmo assim hoje nós fizemos mais
161 de 60 alterações. Nós não começamos a incluir Entidades, nós estamos trabalhando em cima dos
162 cadastros pré-existentes, atualizando dentro daqueles itens que o CMAS tem para atualizar, nós
163 estamos fazendo a atualização. Então, hoje o CMAS tem 133 Entidades com ok. Nós temos uma
164 pessoa aqui no Conselho designada só para trabalhar com isso, com esse cadastro, que é a Adriana.
165 Nós também estamos aos poucos diminuindo algumas questões no nosso fluxo de trabalho diário,
166 principalmente da Secretaria, por estar trabalhando no sistema. Então, quantas vezes a Entidade vem
167 e nos pede o atestado de funcionamento, essa pasta vai lá para a minha mesa, para eu verificar se
168 está tudo ok. Então, nesse momento eu já aproveito e faço a atualização, ou se não está no cadastro
169 já faço o cadastro novo. É exatamente para incluir no dia-a-dia do trabalho do Conselho o acesso no
170 sistema. Então, a gente espera que muito em breve a gente possa estar com os 400 revisados e
171 incluindo novas Entidades se for caso. **Sr. Eduardo Lang:** Existe uma comissão de monitoramento,
172 então, aquelas pessoas recebem um *e-mail* para cada alteração que é feita no sistema, independente
173 do local, seja no CMAS, no CMDCA ou na FASC, qualquer alteração feita no sistema os
174 administradores recebem uma mensagem dizendo o que foi alterado e quem fez. Então, esse
175 controle tem que ser feito, porque daqui a pouco eles atualizaram alguma informação, lá no
176 CMDCA foi alterado. **Sra. Presidente:** É um sistema que tem segurança. **Sr. Eduardo Lang:**
177 Qualquer alteração feita fica um registro na PROCENPA com toda a informação que foi feita. Eu
178 reforço uma coisa, quem tem senha não passa para ninguém, o nome que fica não é de quem está
179 fazendo, é de quem tem a senha. Qual é a idéia desse sistema? A idéia é que as Entidades que
180 tiverem interesse de disponibilizar informações, tipo, o nome dela, o endereço dela e os programas
181 que executa, se ela autorizar vai poder ficar disponível um *link*, seja na página da Prefeitura, na
182 página de qualquer órgão que tiver interesse vai aparecer os dados dela. Hoje nós temos uma página
183 também criada que apresenta esses dados, hoje nós temos como autorizadas a mostrar os dados a
184 FASC, a Secretaria dos Direitos Humanos, o CMDCA e o CMAS. Eu vou entrar agora no sistema
185 *on-line*, vou colocar como se a PROCENPA tivesse autorizado a divulgação dos dados, está ali:
186 “Disponibiliza informações”; no momento em que eu salvei aqui foi um *e-mail* para toda a equipe
187 recebendo que o Lang está disponibilizando informações. A idéia é que as Entidades que tiverem
188 interesse de disponibilizar informações básicas: nome, endereço e telefone; em um segundo
189 momento mais a unidade executora e o programa que ela executa, somente esses dados, ela vai estar
190 colocando na Internet para todas as pessoas que tiverem interesse. Então, é um próximo passo que
191 nós vamos começar a buscar com as Entidades, que elas autorizem, façam essa divulgação. **Sra.**
192 **Presidente:** Nós temos mais 15 minutos, se alguém tiver alguma pergunta que aproveite a presença
193 do Lang. **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Nesse momento que o Conselho faz a atualização, a
194 Entidade tem a responsabilidade de trazer para cá a documentação? **Sr. Eduardo Lang:** Sim. **Sra.**
195 **Lourdes Maria Pretto:** E para os outros órgãos também tem que levar a documentação, ou leva

196 uma vez? **Sr. Eduardo Lang:** O sistema não se envolve nisso, o sistema só permite que todos
197 tenham a mesma informação. A questão operacional, de ser legal, ser obrigatório levar o documento
198 ou não, depende de cada órgão. A informação colocada em princípio é a mesma para todos. Isso não
199 é o sistema que define que tem que trazer, isso é a parte operacional. **Sra. Lourdes Maria Pretto:**
200 O que vem a facilitar para as Entidades? Eu acho que é em um segundo momento que vai facilitar
201 para as Entidades, onde a Entidade faz a atualização dos dados ela mesma. **Sr. Eduardo Lang:**
202 Sim. Mesmo que possa ficar pela Entidade atualizar, eu acho que ainda tem a parte legal que obriga
203 trazer a documentação, isso não tem sistema que resolva. **Sra. Eunice Zimmermann:** Quando tu
204 falas que aparece a Entidade, aparece o programa que ela executa? **Sr. Eduardo Lang:** Isso. **Sra.**
205 **Eunice Zimmermann:** Dentro desse programa que é executado, por exemplo, Trabalho Educativo,
206 tem um espaço onde a Entidade vai poder colocar o nome dos adolescentes que participam? **Sr.**
207 **Eduardo Lang:** Essa é na segunda parte, que é na Rede de Proteção, onde lá tu vais ter que
208 vincular as pessoas que estão inseridas naquele programa, com tal Entidade, e lá naquele sistema
209 sim. A idéia é saber quem são as pessoas que estão em cada programa e em cada Entidade. **Sra.**
210 **Presidente:** Mas esse programa só vai poder acessar quem tem senha. **Sr. Eduardo Lang:** É tudo
211 com nível de segurança e liberação só de acordo com quem pode. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
212 **Rosa:** É importante colocar que para chegar nesse nível que está hoje tem um trabalho de mais de
213 um ano. **Sr. Eduardo Lang:** Sim, o CGEPS levou mais de um ano para a construção, até para
214 ajustar tudo. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** E esse passo que a Lourdes fala, daqui a pouco
215 a Entidade poder acessar, eu diria que no caso do CMAS, ou mesmo do CMDCA, o atestado de
216 funcionamento. **Sr. Eduardo Lang:** Isso é passo a passo, uma versão dos dois atestados vai sair no
217 sistema. O atestado de funcionamento deve sair do sistema, tanto do CMAS quanto do CMDCA.
218 **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Uma Entidade vai poder ver quem são as Entidades registradas
219 no Conselho? **Sr. Eduardo Lang:** Isso é questão de conversa com a Comissão de Monitoramento,
220 se houver consenso sim. Nós estamos engatilhando ainda em disponibilizar dados, que é aquela
221 questão, só para disponibilizar esses dados já está um confronto bem grande. **Sra. Iara de Fátima**
222 **Bueno da Rosa:** A gente pensou em uma apresentação desse programa nas CORAS. **Sr. Eduardo**
223 **Lang:** Sim, já está agendada em uma na quinta-feira. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então,
224 é uma questão das CORAS agendarem a apresentação. **Sra. Presidente:** Pessoal, é isso? Lang, mais
225 algum dado? **Sr. Eduardo Lang:** Não, era só. **Sra. Presidente:** Alguém mais tem alguma questão?
226 Sentem-se todos esclarecidos? Prontos para receberem esse sistema, para acessar? Então, Lang,
227 muito obrigado. As CORAS que quiserem fazer o agendamento, ou façam com o Paulo, ou liguem
228 para cá durante a semana, que o Lang está se dispondo a ir nas CORAS para estar explicando,
229 fazendo com que as Entidades consigam estar conhecendo o sistema, familiarizando-se com ele para
230 a gente poder implantar de uma vez por todas nas nossas Entidades. **Sr. Eduardo Lang:** Inclusive,
231 a gente está solicitando para as Entidades que a gente possa estar disponibilizando. **Sra. Heloísa**
232 **Helena L. Viñolo:** Como que a gente pode autorizar a disponibilizar? **Sr. Eduardo Lang:** Tem um
233 documento para ser assinado, tem que ver com o Paulo. **Sra. Presidente:** A idéia que a gente
234 sugeriu é que as CORAS, quando tiver a apresentação que as Entidades já façam a autorização, ou
235 que procurem aqui para assinar o formulário. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Seria bom se esse
236 formulário fosse levado para a CORAS. **Sra. Presidente:** A idéia é essa. **Sr. Paulo:** Nós tínhamos
237 dois modelos de formulários dos dois Conselhos, mas nessa de passar logo para lá e para cá na
238 Internet não conseguimos abrir o logo do CMDCA aqui e o CMDCA não conseguia abrir o logo do
239 CMAS lá. A gente pode disponibilizar por *e-mail* para as Entidades. **Sra. Heloísa Helena L.**
240 **Viñolo:** Manda para os Conselheiros, que os Conselheiros disponibilizam para as Entidades. **Sra.**
241 **Presidente:** É importante que fique assinado, para evitar que depois alguém diga que não autorizou,
242 enfim. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Mariazinha, isso também tem facilitado a quantidade
243 de requisições que a gente tem recebido atualmente no Conselho, de gente que quer a lista das

244 Entidades, telefone e o Conselho não tem disponibilizado para ninguém a relação das Entidades
245 inscritas no Conselho. Exatamente porque não se tem nenhum documento que nos autorize a fazer
246 isso, porque a gente não sabe para qual vai ser o uso. Então, é importante que a gente tenha assinado
247 para não haver reclamações depois. **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Uma Entidade pode acessar
248 qualquer outra Entidade? **Sr. Eduardo Lang:** Não. Cada Entidade tem acesso aos seus dados, o
249 coletivo vai ser só essa outra página com dados básicos, vai estar no *site* da Prefeitura, vai ter o *link*
250 e vai aparecer. **Sra. Presidente:** Então, agradecemos, Lang. Agora a gente vai para o segundo
251 momento, para a segunda parte da reunião. **2) Projeto Figueira – Reordenamento da Rede de**
252 **Abrigagem Infanto-Juvenil (Em conjunto com o CMDCA).** Eu queria convidar a Executiva do
253 CMDCA para compor a Mesa conosco. Esta é uma Plenária conjunta, CMAS e CMDCA, com uma
254 pauta única a partir deste momento, que é a questão do reordenamento dos abrigos. Sejam todos
255 bem-vindos os Conselheiros do CMDCA e CMAS. É a segunda reunião que a gente faz em
256 conjunto para definirmos questões que são de interesses coletivos da Cidade e de ambos os
257 Conselhos. Leci, tu queres dizer alguma coisa? Fique à vontade. **Sra. Leci Soares de Matos:** Só
258 quero complementar. É a segunda Plenária que a gente faz em conjunto, vieram poucos
259 Conselheiros, mas isso é diretriz em nível nacional, o que eu acho que nós temos que adotar por
260 prática, que os Conselhos se reúnam para discutir as questões do conjunto. E a abrigagem é uma
261 questão que nós do Conselho estamos dando prioridade, ainda existem algumas coisas que a gente
262 discorda, mas é importante a gente dar esse passo. Eu acho que nós não podemos mais prorrogar
263 essa questão da abrigagem por muito tempo. É isso que eu tinha a dizer. **Sra. Presidente:** A Ana
264 Carolina vai apresentar o projeto. **Sra. Ana Carolina:** Boa tarde a todos. Eu sou psicóloga, trabalho
265 na Prefeitura, integro o grupo de trabalho do reordenamento desde o início dele. Então, participei de
266 toda a concepção do abrigo, desde o início. Hoje estou eu, a Mara, a Dani, que é o pessoal que
267 estava trabalhando mais especificamente, a gente vem trabalhando há um ano em cima desse
268 projeto. Então, este é o projeto da rede de abrigagem infanto-juvenil. Uma colocação que nós
269 sempre trazemos é que a necessidade ambiental para a criança e adolescente é algo essencial, isso é
270 uma questão que nós temos pensado bastante. Medida extrema: a abrigagem não é considerada uma
271 medida extrema. O que nós procuramos nesse projeto? Enquadrar a abrigagem de Porto Alegre no
272 Plano Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, a convivência familiar
273 e comunitária. Nós buscamos apresentar uma forma de implantação do ECA na integralidade, no
274 que diz respeito à medida de proteção de abrigo e buscamos também atender a prerrogativa do
275 sistema único de assistência social, não apenas na questão dos níveis de complexidade, mas,
276 também, no quadro de recursos humanos. Pelo SUAS a abrigagem é considerada proteção social
277 especial de alta complexidade, ela visa o atendimento de proteção integral, com grave relação de
278 direitos, sem vínculos familiares, comunitários, ou que não contam mais com a proteção e cuidado.
279 A alta complexidade também é trazida, é diferente da média e da baixa, enquanto uma execução
280 centralizada. Então, é uma política para a Cidade. Então, centros de média e de baixa vão poder
281 atender mais à comunidade e o centro de alta seria uma forma de UTI, uma coisa sagrada sai do
282 meio ali e vai para o “hospital”. A gente não gosta de usar essa palavra, mas foi como o pessoal
283 conseguiu entender o que a gente queria dizer com essa questão. As setas estão indo para o mesmo
284 sentido, porque como a abrigagem a intenção é de retorno para a comunidade. Essas são as fases
285 que o abrigo vai ter quando estiver em funcionamento: rede de saúde, rede de assistência social, a
286 comunidade de origem, a oportunidade de inserção no abrigo, o Conselho, todas as atividades de
287 complementação educacional, creches, tudo, atividades esportivas, lúdicas, atividades escolares
288 formais. Nós temos três abrigos próprios somente, a Casa de Passagem, a Casa de Acolhimento e o
289 Ingá Britta. A Casa de Passagem foi concebida inicialmente para atender uma faixa etária de 07 a 12
290 anos, crianças vítimas de violência doméstica. A Casa de Acolhimento foi prevista para 25 metas,
291 tratando da população de rua, também de 07 a 12 anos. E o Ingá Britta inicialmente foi albergue, aí
292 se transformou em abrigo depois, possui capacidade de 30 metas, tinha uma idéia de população de

293 rua, os mais velhos. A Casa de Passagem está atendendo em torno de 47 casos, por diversos motivos
294 de abrigagem, ela já não é mais Casa de Passagem. No levantamento que nós fizemos tem parecido,
295 principalmente na Casa de Passagem e na Casa de Acolhimento, são abrigagens por negligência.
296 Isso vem crescendo, nós vamos ter que repensar. A faixa etária também já não é assim, hoje se
297 atende de 0 a 15 anos na Casa de Passagem. A Casa de Acolhimento, que trabalhava com população
298 de rua, está com 50% de sobrelotação, também, diversos motivos de abrigagem. Tem atendido
299 população de 03 a 19 anos, tem uma menina que já fez 19 anos, ela é PPD, ainda temos que
300 encaminhar. O Ingá Britta hoje está com superlotação, trabalha com em torno de 10 meninas, teve
301 um pouco mais durante este ano, já deu uma baixada. Vamos ver como está a questão da abrigagem.
302 Este levantamento que nós fizemos é de dezembro de 2004 a dezembro de 2006. O Conselho
303 Tutelar é o que mais abriga, a Justiça Instantânea, que é a segunda autoridade, aqui está classificado
304 todo o menino que for abrigado em função de ato infracional, ele vem depois da audiência da
305 Justiça Instantânea, ou antes, mas o mais comum é antes da audiência. O juizado e outros, que são
306 os diversos outros, pernoites, às vezes transferências. Quem pode abrigar é o Conselho e o juizado,
307 e a questão é que o vínculo seja realmente fragilizado. Nós temos hoje na rede: conduta, drogadição
308 em rua 22% da população apresenta; negligência, maus tratos ou abandono 39% dos motivos de
309 abrigagem, 16% de ato infracional; 8% a questão do abuso sexual; 2% exploração; 8% a questão do
310 cuidador preso, ou em situação de drogadição, ou morto; e risco de vida na comunidade 5%. Claro,
311 tem alguns indicadores, se a gente pegasse só os abrigos ou só da Casa de Passagem isso muda, mas
312 a gente acha importante trazer uma visão de toda a rede. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:**
313 Essa questão do ato infracional, o motivo da abrigagem, isso não seria da FASC ou da FASE? **Sra.**
314 **Ana Carolina:** Sim, é. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** E como é abrigado isso? **Sra.**
315 **Ana Carolina:** É o que a gente faz, abriga por ato infracional. **Sra. Alice D. Bittencourt:** Abriga
316 porque não tem família para dar conta. **Sra. Ana Carolina:** Isso se tivesse uma avaliação anterior.
317 Na realidade, o que o Projeto Justiça Instantânea prevê é que simplesmente ultrapassa um pouco
318 essas tentativas e se localizar a família, que realmente vá atrás e traga o responsável. **Sra.**
319 **Presidente:** Vamos deixar a Ana apresentar para depois fazer as perguntas. **Sra. Ana Carolina:**
320 Dando seguimento. Qual é a vulnerabilidade que a gente enxerga hoje nos três abrigos? Uma certa
321 ineficácia das medidas anteriores de abrigagem, acaba levando um pouco à superlotação, o que
322 acaba levando a muitas situações de necessidade de desmembramento de grupos de irmãos e
323 dificuldade de atendimento. A nossa proposta de mudança, o nome do projeto é Projeto Figueira,
324 nós trabalhamos com essa analogia de que é uma árvore forte, capaz de dar morada para muitos
325 pássaros, que vão crescer ali e vão voar. A gente pensa não só no reordenamento dos abrigos
326 especificamente, a gente pensa na forma de trabalhar na questão da abrigagem. A gente pensa em
327 criar um centro de referência de abrigagem infanto-juvenil, onde se locaria tanto gerenciamento de
328 vagas, quanto a supervisão do Programa Casa Lar, abrigagem conveniada, abrigagem própria; ou
329 seja, criar uma instituição mais horizontalizada, que pensa na política de forma mais unificada.
330 Reordenar a rede significa mudar a metodologia de trabalho e mudar os espaços, criar espaços
331 novos. A base do projeto é a criação de casas para até 12 pessoas, entre crianças e adolescentes,
332 buscando produzir as funções maternas e paternas. A gente entender que é necessário o
333 oferecimento de um espaço que se aproxime de um lar, embora a gente entenda que a questão da
334 abrigagem se aproxima, a gente não consegue substituir. A proposta do projeto é a criação de três
335 tipos de abrigos. A gente já pensou dentro da proposta do SUAS, dentro da questão de RH do
336 SUAS. Claro, exige algumas modificações com o tempo, com o andar da carruagem, mas essa é a
337 idéia básica. Então, são três modalidades diferentes: a primeira seriam os núcleos de abrigos
338 residenciais, casas e pequenas regiões da Cidade, onde as crianças e adolescentes desprovidas de
339 família podem contar com o acolhimento, cuidado individualizado, suprimindo as necessidades de
340 cada uma. É trabalhar a questão da vinculação familiar, é o objetivo. Como se constituiriam esses
341 núcleos? O que se pensou? Em 21 abrigos divididos em sete núcleos de três, idealmente seriam sete

342 grupos, mais ou menos, em quatro regiões da Cidade. Nesse primeiro momento a gente pensa em
343 algo um pouco mais central, perto da FASC, enfim, em função de algumas coisas, mas a tendência é
344 dar conta da Cidade. Esses abrigos vão funcionar com crianças de 0 a 12, com adolescentes até 17
345 anos. O projeto propõe a criação de duas Casas de Passagem, as Casas de Passagem estão previstas
346 enquanto modalidade da alta complexidade, assim como os abrigos. Seria constituído por duas
347 casas, a Casa Quero-Quero, que é um espaço de acolhimento de pequeno porte para até 10
348 adolescentes, para o atendimento das solicitações e determinações de abrigagem, do plantão do Foro
349 Central e da Justiça Instantânea. Ou seja, as abrigagens que são vinculadas a ato infracional. Então,
350 a gente propôs um espaço onde eles possam fazer essa avaliação, realmente pensar se continua na
351 abrigagem ou não, a experiência tem mostrado que muitos desses meninos não continuam na
352 abrigagem. **Sra. Leila Maria P. Azevedo:** O que é regime de co-educação? **Sra. Ana Carolina:**
353 São meninos e meninas juntos, eu não gosto desse termo, mas é um termo oficial, é o termo do
354 ECA, dos manuais. Aqui também, meninos e meninas até 10, a gente entende que a lotação deveria
355 ser um pouquinho menor e basicamente vinculado ao Projeto Justiça Instantânea. Não sei se vocês
356 têm conhecimento, mas é uma característica peculiar de Porto Alegre, criar uma casa é uma situação
357 peculiar de Porto Alegre em função desse projeto, não tem em outros lugares. Esse núcleo de Casa
358 de Passagem tem duas casas, que é essa Casa Quero-Quero, e a Casa João-de-Barro. Essa casa seria
359 um espaço de acolhimento temporário, de pequeno porte, para até 10 adolescentes também em
360 regime de co-educação, visando atendimento psico-social, destinado a adolescentes que representem
361 conduta grave, ou envolvimento com drogadição. Uma das coisas que a gente pensa também é a
362 avaliação das altas de tratamento, que a gente sabe que são curtas, poder avaliar se ele tem
363 condições de passar pelo menos por um período em uma casa, como a Casa João-de-Barro. O
364 objetivo principal dessa casa é verificar a questão da exposição desse adolescente. A prática tem nos
365 mostrado que eles ficam expostos não só à questão da drogadição, mas a outras coisas que
366 acontecem. Então, são 7 núcleos familiares, 3 abrigos residenciais em cada um, toda estrutura
367 administrativa também está pensada na questão dos núcleos. O projeto deixa claro que as Casas de
368 Passagem são instituídas enquanto um projeto piloto, com uma avaliação de 60 dias. Aqui é só um
369 resumo, o projeto é bem maior, mas devido ao tempo a gente deu uma resumida. Eu vou passar a
370 palavra para a Rosana, para ela apresentar os custos. **Sra. Rosana:** Nós pegamos os custos finais,
371 que é o seguinte: tem um custo com recursos humanos, que é convênio, são os educadores sociais,
372 os auxiliares de enfermagem, coordenadores pedagógicos. Na verdade, para as primeiras casas são
373 100 educadores, 3 auxiliares de enfermagem e 3 coordenadores pedagógicos, cada coordenador vai
374 dar conta de um núcleo de três casas e um deles para as duas casas especiais. A gente tem o valor, o
375 valor mensal, que custaria só a primeira parte o valor do ano, esse valor é calculado por três meses:
376 outubro, novembro e dezembro. O valor com relação ao item convênio R\$ 574.640,00. Com relação
377 à questão do contrato, que é o contrato com o RH, tem que ir para licitação e tem que ter o contrato,
378 que é a questão do auxiliar operacional, que são 12, o zelador, que são 2, e a cozinheira que são 16,
379 e a vigilância que são 3 postos em lugares específicos. Daria um total mês agora em 2007 de R\$
380 38.114,22, dando um total no ano de R\$ 114.342,66, que daria um total entre convênio e contrato de
381 R\$ 680.982,66. Esse é o custo de 2007. A mesma lógica para 2008, que é o custo de 12 meses, com
382 o custo de 13º, daria em nível de educador, coordenador e auxiliar um valor ano de R\$
383 2.263.862,00. E em nível de contrato, que é auxiliar, zelador e cozinheira um total de R\$
384 457.370,64, o que totalizaria com esse gasto de pessoal não da FASC um total de R\$ 2.721.242,64.
385 Aqui, na verdade, a gente não vai poder detalhar. Aqui tem o ano de 2007, o que precisa para
386 manter o serviço, aí em 2007 a implantação, em 2008 a manutenção, em 2009 tem manutenção e em
387 2009 também tem previsto a implantação de mais unidades residenciais. No ano de 2010 vai ter a
388 manutenção dos abrigos criados em 2007, mais a manutenção dos abrigos criados em 2009. Isso
389 daria um custo total este ano de R\$ 2.313.497,34, incluindo toda a implantação, que é móvel, que é
390 a contratação de pessoal, que é aluguel de casa, toda a adaptação para a gente poder abrir essas 8

391 casas. O ano que vem tem uma manutenção, mas é importante a gente colocar que esse valor, esses
392 R\$ 668.000,00 é o valor do recurso próprio, que hoje a gente já tem no nosso quadro, que são
393 funcionários do quadro, que já trabalham. Aí tem a manutenção em 2009, tem o valor da
394 implantação em 2009 também, que daria R\$ 4.594.000,00, aí tem que equipar a casa, comprar
395 material, alugar a casa, etc., que seria o valor em 2010, a manutenção com 12 casas novas. Então,
396 hoje para a gente implantar, o custo do reordenamento em 2007, aí aqui a gente tirou os recursos
397 humanos próprios, daria um valor de R\$ 1.645.324,65, que teria alocado no orçamento hoje R\$
398 709.120,00 e seria necessário uma suplementação do valor de R\$ 936.204,65. **Sra. Presidente:** O
399 que significa a “estrelinha” no recursos humanos? **Sra. Rosana:** Recursos humanos, esse é o valor
400 que a gente estava explicando, é o pessoal que vai ser contratado por convênios, o de baixo é o que
401 a gente tem que fazer licitação. Por isso que tem as estrelinhas. Em 2008 é a mesma coisa, que daria
402 um custo dos 13 meses, porque alguns têm o 13º, daria um valor de manutenção de R\$
403 4.175.212,69, esse valor tem que ser suplementado no nosso orçamento do ano que vem. É isso.
404 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu queria voltar no quadro anterior. Os R\$ 160.000,00 que
405 está nessa fonte de custo, eu queria chamar atenção que o recurso do BMG, existe um convênio,
406 tinha um contrato, que a verba do BMG, não sei se é uma questão de financiamento, é alguma coisa
407 do gênero, mas existia um acordo. Eu já fazia parte do Conselho Municipal de Assistência Social,
408 no final de 2004, que foi feito um acordo que essa verba que viesse das sobras, não sei qual é a
409 diferença, se é lucro, isso vinha do Conselho para o Fundo. Quando foi lançado isso foi passado
410 oficialmente o cheque de R\$ 19.000,00 para o Conselho, um cheque desse tamanho, e nós nunca
411 mais vimos. Eu chamo atenção porque em fazendo parte do Conselho Fiscal da FASC eu contestei
412 isso aí, porque dentro dos balancetes eu via todo o valor e nós nunca tivemos resposta a respeito
413 disso, agora vem R\$ 160.000,00 do BMG entrando como fonte de recurso. **Sra. Rosana:** A única
414 coisa que eu sei te dizer, o resto não sei informar, não é da minha área, que isso foi um recurso que
415 se recebeu especificamente para o reordenamento. **Sra. Presidente:** Como vai se dar a nossa
416 sistemática? Nós vamos ouvir o parecer, a avaliação da Comissão de Políticas e após isso vamos
417 abrir para discussão. Então, a Bernadette vai trazer. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** A
418 Comissão de Políticas dos dois Conselhos fizeram várias reuniões, onde a questão da concepção do
419 projeto foi bastante discutida. Depois de muitas idas e vindas, questionamentos e esclarecimentos, a
420 questão final, que é como se dará o encaminhamento, solucionada a questão de RH e recursos, ela
421 foi pauta de uma única reunião, onde foi apresentado e muitas coisas ali ficaram pendentes. De
422 qualquer maneira foi conclusão das duas comissões de que encaminhariam para apreciação nas suas
423 respectivas plenárias dizendo que com relação ao projeto proposto o seguinte: “É importante
424 ressaltar que nas diversas reuniões realizadas não houve unanimidade entre os Conselheiros com
425 relação à criação de uma política de assistência social da Casa João-de-Barro, pois se trata da
426 proposta de um abrigo para o atendimento a um perfil específico de adolescentes identificados como
427 portadores de transtorno de conduta”. Por parte do CMDCA, especialmente pelo Gilmar, foi
428 levantada também a questão do número de crianças por instituição, que foi sugestão do CMDCA,
429 através do Gilmar, que fosse reduzida para 10 crianças e nas casas especiais para 8 crianças. Com
430 esses indicativos e questionamentos a gente decidiu trazer a questão ainda para deliberação da
431 Plenária. **Sra. Presidente:** O CMDCA quer falar também. **Sra. Luciane Escouto:** Na semana
432 passada, quarta-feira, os Conselheiros do CMDCA se reuniram para ver o parecer que o Carlos e o
433 Gilmar tiveram na discussão. Surgiram algumas sugestões que estamos trazendo para a discussão: a
434 questão de no máximo 10 crianças e adolescentes, nisso a gente se embasa também em uma
435 resolução do CMDCA que fala sobre a capacidade de atendimento, a concepção de abrigagem, a
436 questão da supervisão, como ela se dá e quais as diretrizes dessa superviso para que a gente possa
437 ter uma política municipal realmente implantada. Foi uma discussão que a gente fez dentro do
438 Conselho. A rediscussão sobre a central de vagas, o ingresso, a Casa Quero-Quero e o AMIB, é
439 outra questão também, até colocamos: “Deveríamos conversar com o juizado, delimitando medida

440 de proteção e medida de infração com a lei”. O tempo de avaliação e triagem para as casas foi outra
441 coisa que nos preocupou. Nós entendemos como Conselho De Direitos que a gente tem que
442 enfrentar essa questão, o que é medida de proteção e o que é medida de infração. Na verdade, a
443 gente está fazendo, por determinação, como está dito ali, que a Justiça Instantânea, a questão da
444 Vara de Juizado, coloca essa demanda para a Cidade, mas seria uma demanda FASE, entendemos
445 assim enquanto Conselho. Em todas as casas não há a especificidade de transitoriedade, é uma
446 questão que nos preocupou. A Casa João-de-Barro teria que ter até seis crianças para garantir a
447 qualidade do atendimento, levando em conta o perfil de comprometimento que foi colocado.
448 Apresentar os dados de vulnerabilidade, conforme a especificidade e faixa etária, que não foi feito
449 aqui novamente, foi colocado de uma maneira geral. Nós colocamos que o Município teria que criar
450 novos espaços de moradia para as crianças, que tipo de abrigagem nós queremos para a Cidade, que
451 linha de convencimento teremos e como se dará essa gestão. Foram essas as interrogações que
452 fizemos, as contribuições que tivemos enquanto Conselheiros do CMDCA. **Sra. Presidente:** Foram
453 colocadas as posições. Então, está aberto para quem quiser se pronunciar. **Sra. Maria Bernadette**
454 **M. de Medeiros:** Quando esse projeto foi apresentado no Conselho nós também levantamos
455 algumas questões. Primeiro, a questão que a gente vem debatendo desde o início, a questão da
456 proposta de abrigagem por perfil de criança, ou seja, os adolescentes com transtorno de desvio de
457 conduta, até com questões de drogadição, que seria o perfil da Casa João-de-Barro. Quanto a isso
458 nós pedimos ao próprio Ministério Público os pareceres sobre a questão do levantamento das
459 indicações que foram feitas em todos os abrigos da Cidade. Até porque em uma dessas reuniões, eu
460 até esqueci de dizer, a própria Dra. Flávia Malmann esteve na reunião da Comissão de Políticas,
461 colocou o seu posicionamento, que já tinha expressado por escrito para a FASC, no sentido da
462 contrariedade da criação dessa Casa João-de-Barro. O próprio documento apresentado pela FASC,
463 que é uma síntese, logo no início fala em vulnerabilidade do modelo atual e entre as
464 vulnerabilidades cita: “Abrigos especializados, rua e violência, concentração de perfis”. Portanto, a
465 própria FASC aponta como vulnerabilidade esse tipo de caso, com o qual nós também
466 concordamos, mas entendemos que os adolescentes têm o direito a morar e um lugar não
467 estigmatizante e que eles têm o direito que ter todo o tratamento, atendimento que precisam, não no
468 local de moradia, mas em um local de onde eles vão encontrar essa questão. Uma outra coisa que
469 nos preocupa é a política de assistência social estar assumindo mais uma vez questões que seriam,
470 nitidamente, muito mais da política de saúde. Atendimento à adolescente com desvio de conduta e
471 com drogadição é basicamente questão de saúde. À política de assistência social compete oferecer
472 moradia, abrigo, residência, tratamento é com a política de saúde. Então, quanto à Casa João-de-
473 Barro, outra coisa que nos causou bastante surpresa é que nesse reordenamento não entra a atual
474 Casa de Passagem e a atual Casa de Acolhimento, essas duas casas, pela proposta, devem continuar
475 com 25 crianças cada uma. Ou seja, elas continuam como abrigo de médio porte, elas não entram,
476 porque na nossa idéia era que esse pessoal estivesse contemplado nessa proposta de criação. A
477 proposta que veio na última reunião foi exatamente de um cronograma de implantação, onde essas
478 duas casas que hoje têm a recomendação do Ministério Público, do Conselho e do juizado, ficariam
479 só para 2009. Ora, 2009 é uma outra gestão. Nós entendemos que essas casas, dado aos problemas
480 que existem nelas, elas devem ser ordenadas já. Outra questão que também foi surpresa é a questão
481 da forma de contratação dos RHs, que todo tempo a gente vem batalhando como Conselho pela
482 necessidade de concurso público, contratação de pessoal próprio para os programas da FASC. E nós
483 tomamos conhecimento que estará havendo conveniamento e terceirização de mão-de-obra, e a
484 gente sabe os problemas que têm acontecido com as experiências que a gente tem tido de trabalho
485 conjunto entre funcionários da Prefeitura e conveniados. Então, nessas condições a gente está não
486 recomendando a aprovação do projeto como está. **Sra. Presidente:** A Bernadette falou por 6
487 minutos e meio, não vai dar para continuar dessa forma, senão não vamos sair daqui. **Sr. Carlos**
488 **Fernando S. Filho:** Eu acho importante avaliar em cima da nossa realidade, não apenas no sentido

489 de posicionamentos específicos. Em nível de gestão a proposta após 2008, quais os pontos positivos
490 que a gente pode fazer para efetivar essa política? Como está não é bom, o que se quer é fazer
491 melhor. Então, mesmo eu representando a Prefeitura nós recebemos o Ministério Público semana
492 retrasada no CMDCA, a visita do juizado, o Daltoé fazendo uma visita para nós, propondo um
493 termo aonde a gente vai estar realizando enquanto Poder Público, independente de gestão. Então,
494 assina-se e se cumpre, não é uma vontade de Conselhos, independente de ser Prefeitura ou
495 sociedade civil nós somos Conselheiros e queremos que isso avance e seja melhor. A proposta é
496 interessante, é adequada, talvez não seja o ideal, mas a gente está aqui para trabalhar em cima desse
497 tema. A questão das várias reuniões que fizemos, nós não fomos unânimes, tivemos apenas um voto
498 contra, de 13, 14 participantes, um contra não significa que não é bom, é bom para a maioria, é
499 interessante para a maioria. Eu acho que isso tem que pesar, também temos que pesar a seguinte
500 questão: os espaços físicos que a gente tem hoje não são adequados. Nós estamos priorizando aqui a
501 redução do número de atendimentos, a qualificação técnica desses atendimentos e uma maior
502 participação em uma execução compartilhada, ou seja, é um trabalho em conjunto. Então, isso é
503 novo, gera – “será que vai dar certo?” A gente vai ter que aplicar e a cada Conselho a gente pode
504 estar semanalmente fazendo essa revisão do que é pertinente e o que não está sendo pertinente.
505 Então, o que a gente aprovar hoje pode ser qualificado semana a semana, mês a mês. Para
506 conhecimento orçamentário, como a Iara estava falando semana passada, o orçamento da Prefeitura
507 não é elástico, ele não vai aumentar, mas prioridades a gente faz de alguma forma. Então, há uma
508 vontade política, administrativa e financeira de bancar essa proposta. Isso já foi trazido aqui semana
509 passada e a gente mantém isto aqui hoje também, enquanto Secretaria da Fazenda, Governança
510 Local e GPO da Prefeitura de Porto Alegre. **Sra. Ana Carolina:** A primeira questão que eu gostaria
511 de colocar é em relação à Casa de Passagem e à Casa de Acolhimento, na p. 56 do projeto consta
512 que na implementação da primeira casa do projeto serão feitos os seguintes passos: a criação de dois
513 núcleos de ARs, a criação de um núcleo de Casa de Passagem e a transferência de crianças e
514 adolescentes do AMIB, da Casa de Passagem, da Casa de Acolhimento e do serviço de acolhimento
515 noturno para os novos espaços, de acordo com a necessidade de cada caso. Quando se pensou na
516 abertura de novos abrigos já se pensou na sobrelotação da Casa de Passagem e a Casa de
517 Acolhimento, o que está previsto na primeira etapa do projeto. Então, estava previsto. Em relação à
518 questão que a Bernadette levantou, a Casa João-de-Barro é um espaço totalmente transitório, onde a
519 gente pode estar dando uma estabilidade, onde vai se estar pensando o que é melhor e poder estar
520 transferindo para um abrigo. Todo o movimento e a questão dentro dessa casa é por um curto
521 período e assim vai. A questão do desvio de conduta seria uma questão de saúde mental, mas quem
522 precisa de medida de proteção precisa de abrigo, um atendimento durante o dia. O que a gente vê?
523 Assim como a família tem que se adequar a alguns funcionamentos, primeiro, que é só para
524 adolescentes, então, assim como uma família tem que se adaptar, tem que mudar algumas rotinas,
525 quando tem um adolescente com problema de desvio de conduta, nós pensamos em ter um lar com
526 um jeito mais específico para a necessidade daquele momento. **Sra. Alice D. Bittencourt:** Eu
527 queria um esclarecimento. Quando fala na questão da gestão compartilhada, o que significa isso? É
528 conveniamento, como é? Que gestão compartilhada nós vamos ter? Isso em função das primeiras
529 reuniões de reordenamento no CMDCA eu vi quatro ciclos, onde havia uma proposta que foi
530 prejudicada inicialmente, onde todos os serviços seriam conveniados. Eu quero entender melhor. No
531 projeto original tem a previsão de um gatilho, que a partir do 90% da ocupação dos abrigos da rede
532 se acionaria esse gatilho e o conveniamento, a abertura de mais casas. Sobre esse gatilho eu gostaria
533 de saber se está valendo ou não. Não foi apresentado aqui o gatilho e isso é um assunto
534 importantíssimo. Nós temos aqui dois Conselhos reunidos para pensar que política de abrigagem
535 nós queremos para esta Cidade. Partindo da realidade que não é o que a gente quer, não vamos
536 chegar no ideal exatamente, mas nós temos que apontar onde a gente quer chegar. A central de
537 ingressos é outra discussão, que foi levantada pelo fórum de abrigos há uns 3, 4 anos atrás, como

538 uma proposta dos abrigos governamentais e não governamentais, que se reúnem mensalmente, no
539 sentido de ter um espaço dentro da Cidade, com a co-gestão sociedade civil e governo, onde nós
540 teríamos ali uma equipe multidisciplinar, ou uma equipe compartilhada que estaria monitorando
541 essas vagas. A questão andou, o governo anterior acabou encampando a questão da central de
542 ingressos, colocou a central dentro da FASC, retorna agora, mas, na verdade, os Conselhos nunca
543 discutiram se essa central seria mais adequada para a Cidade ou vamos manter uma centralidade no
544 Município, como a gente está fazendo agora. Originalmente a gente tinha aqui mais de 75 vagas nos
545 abrigos, nas três casas da FASC, a proposta é chegar a 252, 21 casas, de 3 para cada 21, eu quero
546 entender porque esse o rumo se a Cidade quer fazer uma política de abrigagem, de 80 vagas passar
547 para 250. **Sr. Joaquim:** Eu quero trazer o seguinte: foi colocado ali a preocupação do término da
548 gestão do Município, 2008/2009, mas nós há muito tempo, aí os companheiros das creches, dos
549 SASEs, do Trabalho Educativo, sabem que a gente vem buscando a regulamentação desses
550 programas, dessas políticas públicas da Cidade e não foi feito ainda. Por que nesse caso seria feito
551 com tanta facilidade para as nossas creches, para os nossos SASEs, para os nossos Trabalhos
552 Educativos, que são importantes, com 77 mil atendimentos por dia? Não. a questão do recurso, do
553 orçamento do Município, o Carlos coloca que por ser uma política de prioridade seria possível
554 aumentar, melhorar esses valores. Nós entendemos que as nossas creches, os nossos SASEs, os
555 nossos Trabalhos Educativos, também são políticas de prioridade, de prioridade absoluta, está no
556 estatuto da Criança e do Adolescente, e por que nós também não conseguimos aumentar os recursos
557 da nossa política orçamentária? Então, são questionamentos que eu trago, por que para um pode e
558 para outro não pode? Se é política pública da Cidade nós temos que ter os direitos iguais para todos,
559 porque todos são importantes. Obrigado. **Sra. Heloísa Helena L. Viñolo:** Eu quero questionar o
560 recurso, porque como nós vamos trabalhar? De onde vai sair o recurso? Não tem previsão desse
561 recurso e não tem previsão no Plurianual. Então, de onde vai sair? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:**
562 Eu sou leiga, tenho um pouco de vivência, estou nessa luta em defesa das nossas crianças,
563 principalmente das PCDs. A minha pergunta: quanto tempo permanecerão essas crianças na Casa de
564 Passagem? Tem tempo determinado? Aí eu me perco um pouco, porque nós temos casos que não é
565 passagem, a criança vai ter que ficar ali 5, 6 anos, até a gente poder encaminhar, porque a maioria
566 das famílias não estão qualificadas para receber essa criança de volta. Outra pergunta: nós temos
567 outro programa em vista para resolver a situação no momento? Porque está crítico, a gente sai na
568 rua e vê, a gente vê no jornal, em todo lugar estamos vendo um pequeno infrator na rua. Então, se
569 existe outro programa, não vou dizer deste Governo, porque este Governo somos nós, somos uma
570 coisa só, todos na mesma luta. Então, se existe que faça uma proposta logo para a gente definir. Eu
571 achei altos esses custos, já calculei, é altíssimo porque não tem voluntários, a FASC poderia
572 trabalhar com voluntariado. Eu não entendo muito, perdoe-me. Alguém falou em abrir concurso
573 público, eu não estou de acordo. Então, eu acho que nós temos que começar logo alguma coisa e ir
574 ajustando, melhorando. **Sra. Eunice Zimmermann:** Enquanto estava sendo apresentado eu coloquei
575 aqui RH e um ponto de interrogação. Eu sou uma defensora do concurso público e acho que a
576 FASC, para que ela consiga efetivar uma política que dure além da administração, ela teria que ter
577 um quadro funcional efetivo nessas casas. Então, não concordo com a história de conveniamento, de
578 terceirização de mão-de-obra, voluntariado nem pensar. Eu acho que essas crianças precisam de um
579 referencial e esse referencial tem que ser efetivo e não transitório. A minha outra preocupação é
580 notória e conhecida em Porto Alegre, que o Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre destrói
581 qualquer tentativa de trabalho de qualidade pelas imposições, pelos carteaços, pelas ameaças,
582 aquela superlotação dos abrigos. Aí me preocupou a FASC estar confirmando ser uma casa de
583 medida socioeducativa, porque eu acho que medida socioeducativa não é do Município e é a hora da
584 gente fazer um enfrentamento de fato com o juizado, de dizer “não”. Isso é competência do Estado,
585 não é competência do Município. Então, o ato infracional não é nosso. Esse enfrentamento precisa
586 ser feito por quê? Essa casa, quem trabalha em abrigo sabe, uma casa com 12 abre com 12, uma

587 semana depois, ou em um feriadão de Carnaval o juizado coloca 30 lá dentro. Então, a minha
588 preocupação é essa, que a gente possa fazer esse enfrentamento com o juizado para dizer “não, não
589 é função do Município o ato infracional!” **Sra. Presidente:** Agora a Rosana e a Ana Carolina têm
590 que esclarecer uma série de questões que foram levantadas para a gente poder continuar. Eu só
591 pediria que vocês agilizassem. **Sra. Ana Carolina:** O projeto é muito grande. Em primeiro lugar, as
592 Casas de Passagem previstas são duas e são só para adolescentes, criança não vai para a Casa de
593 Passagem, aí é Abrigo Residencial – AR. Em relação ao número de vagas, o que a gente está vendo?
594 Nós tínhamos 80 vagas e não está dando conta, isso é uma realidade. Se a gente ficar pensando que
595 vamos ter que ir lá na frente trabalhar, ótimo, é isso que a gente tem que fazer, mas hoje as crianças
596 estão conosco. Então, a gente sacrifica todas que estão hoje porque não quer abrir mais vagas? E
597 isto não é aumento de vaga. No diagnóstico que nós fizemos da rede, esse aumento de vagas está
598 previsto para acomodar as 50 da Casa de Passagem, as 50 da Casa de Acolhimento, os guris do
599 AMIB. Nós temos conhecimento de demanda reprimida de abrigagem, têm Conselheiros segurando
600 abrigagem e a gente sabe porque sabe como é a situação. É uma coisa que eu gostaria de deixar bem
601 claro, nessas 272 vagas está considerado um número x de adolescentes que freqüentam com muita
602 freqüência o acolhimento noturno. No atendimento da equipe técnica é de que o adolescente que
603 permaneceu praticamente todo o ano freqüentando o acolhimento noturno, freqüentando a rede com
604 assiduidade a rede que está montada hoje, ele tem que estar abrigado. Então, a gente está
605 acomodando quem nós já conhecemos, esse aumento de vagas, na realidade, não existe, existe uma
606 reacomodação das vagas que nós já atendemos. **Sra. Rosana:** Está previsto concurso público, e eu
607 como assistente social e como funcionária pública, a gente está prevendo concurso para 2009.
608 Segundo, faixa etária na abrigagem, em todas as unidades, é de 0 a 17 anos, como prevê o ECA
609 nessas casas. Eu gostaria de dizer, como assistente social que trabalha há 12 anos na Prefeitura e
610 com criança e adolescente há muito tempo, eu também não concordo, Alice, que a gente tenha que
611 ficar criando abrigo, mas eu discordo que a gente tenha que maltratar essas crianças, colocando 50
612 crianças empilhadas em um espaço que cabem 25. Isso não é cuidar, isso é maltratar! Por que nós
613 estamos pensando dentro dos Conselhos uma política tão séria? Quiçá um dia a gente não precise ter
614 nenhum abrigo, não ter Família Acolhedora, não ter Casa Lar, não ter isso, que essas crianças possam
615 ficar nos seus espaços, com as suas famílias. Isso é o meu sonho, tomara que quando eu morrer pelo
616 menos isso minimize, mas isso é um sonho que tenho como assistente social. Infelizmente, a gente
617 ainda precisa de espaço para cuidar dessas crianças e adolescentes. Todos esses espaços são
618 transitórios, porque qualquer criança e adolescente que esteja abrigada pode ser adotada, pode voltar
619 para a sua família de origem. É por isso que tem que ter equipe técnica, tem que ter gente
620 qualificada para cuidar dessas crianças, porque é o mínimo que a gente pode dar. Então, ninguém
621 aqui está dizendo que nós queremos uma rede com mil abrigos, nós queremos uma rede que proteja
622 as nossas crianças e adolescentes. Uma coisa que quero explicar, por que não dá o voluntariado? A
623 Prefeitura não pode ter voluntários, até por questões de vínculo a Prefeitura não pode. Sobre o ato
624 infracional, existem sim crianças dentro dos abrigos que cometeram ato infracional, e essas crianças
625 vão ficar onde estão, nessas casas ou no abrigo onde está. Eu acho que essa discussão, alguém
626 sugeriu que ela fosse feita dentro dos Conselhos, então, vamos fazer isso em conjunto, porque nós
627 precisamos. E a questão do recurso o Carlos vai explicar. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Nós
628 tivemos uma reunião há três semanas com o Gabinete de Programação Orçamentária, a Secretaria
629 Municipal da Fazenda e Governança Local, com a presença da FASC, aí foi apresentada toda essa
630 proposta que vocês viram hoje. Aí se concluiu que é necessidade sim esse investimento. Não estava
631 orçado, não existe nenhuma sobra na Prefeitura, vai-se fazer o que se chama de reengenharia dentro
632 da própria Prefeitura enquanto instituição. Está em estudo também, pelo GPO e pela Fazenda, a
633 questão do recorte com a Educação, parte do público que está na abrigagem hoje, mas depois desse
634 reordenamento, tem que freqüentar a escola. Então, existe um recorte com a Educação. Existe um
635 estudo também para ver se esse dispositivo possibilita buscar recursos dentro ou fora da Prefeitura .

636 A parte da Prefeitura que se bancaria para este ano é de R\$ 500.000,00, isso via Secretaria
637 Municipal da Fazenda, o GPO e Governança Local. Para o ano de 2008 é em nível de captação junto
638 ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. A FASC entra como uma Entidade
639 proponente, como qualquer ONG, ela vai fazer a sua captação. A diferença é que 70% do que ela
640 captar que vai ser destinado para esse reordenamento, o restante dos 30% vai ficar no Fundo
641 Municipal e o Conselho que vai deliberar como vão ser investidos esses recursos. **Sra. Alice D.**
642 **Bittencourt:** E gestão? **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** É com a Carolina. **Sra. Ana Carolina:** O
643 gatilho está valendo, Alice. Tudo que está no projeto está valendo. Nós entendemos que não vai ser
644 tão loguinho que chega nesse gatilho, porque já foi feita uma previsão. Só para vocês terem uma
645 idéia, o Ingy Britta recebeu em meio ano o que tinha recebido no ano inteiro. Então, efetivamente, a
646 abrigagem tem aumentado de volume nos abrigos. Então, essa questão, não tem muito como manter
647 as 80, porque as 80 não está dando. A gestão é própria, Alice. **Sra. Alice D. Bittencourt:** O que
648 vocês querem dizer com gestão compartilhada, o que é isso? **Sra. Rosana:** É assim, a gestão, a
649 responsabilidade desses equipamentos é da Fundação, que é a gestora. Se der qualquer problema em
650 qualquer abrigo, seja próprio ou conveniado conosco, quem tem que assumir a conta é a FASC, é a
651 gestora pública. Então, a gestão é nossa. Esse pessoal vai trabalhar, vai ter uma coordenação
652 pedagógica, que vai estar junto com a equipe técnica e vai trabalhar o funcionamento. A gestão, a
653 coordenação, se é isso que eu estou entendendo, ela é da Prefeitura. É isso, não sei se te respondi.
654 **Sra. Leci Soares de Matos:** Nós no Conselho discutimos com o Daltoé, teve a Comissão de
655 Políticas que discutiu com a Executiva semana passada, foram lançadas algumas sugestões, mas
656 nada impede da gente ir encaminhando e trabalhando a questão do projeto. O Conselho vem
657 assumindo nesta gestão a questão do reordenamento de abrigos. A questão do ideal, não ideal, se a
658 gente não começar a fazer, este projeto vem sendo trabalhado há um ano, mas a gente tem que
659 encarar com muita seriedade essa questão, porque leva até 2010, considerando que ano que vem é
660 um ano eleitoral, a partir de abril já não podemos fazer mais nada. Então, todas essas questões, a
661 gente pode até achar que o ideal não é abrir abrigo, eu fui Conselheira Tutelar, a gente lutou muito
662 com essa questão, das Casas de Passagem, não nesse sentido de Casa de Passagem, meninos e
663 meninas que cometeram atos infracionais, mas às vezes nem sempre é um ato infracional, quando se
664 coloca em um abrigo é para esperar ou até mesmo para localizar essas famílias. Então, são
665 profissionais que estão lá, que não têm medo de entrar nas vilas, porque hoje representa muito risco
666 entrar em uma vila de madrugada, mudou a realidade de 10 anos para cá. Então, às vezes precisa ter
667 essa Casa de Passagem sim, seja para criança vítima ou para adolescentes que estão aguardando
668 uma audiência de ato infracional. Então, seria isso, eu acho que a gente tem que levar em
669 consideração essas coisas, podemos continuar discutindo, mas que possamos encaminhar. **Sra.**
670 **Gilberto V. Hügel Lisboa:** A minha colocação é a seguinte: aos Conselheiros que estão analisando
671 esse projeto que colocassem a criança em primeiro lugar, acima de tudo. Antes de colocar
672 ideologias, terceirizações disso ou daquilo, a gente tem que pensar nas crianças que estão na rua
673 neste momento, se vão ampliar para 250 vagas é porque tem criança na rua, não é porque está
674 sobrando vaga. A gente tem que pensar nas crianças, deixar de lado se é por concurso público, se é o
675 pessoal da sociedade civil, que, inclusive, o art. 4 prevê que a sociedade civil tem que participar
676 para garantir os direitos da criança e adolescente. Não é o Governo que tem que tomar conta disso
677 tudo. Se fosse o Governo estaria ótimo, mas o Governo já está inchado, ele vai inchar mais. O que
678 vai acontecer? Aumento de impostos, vai sobrar para todo mundo aqui. A questão da parceria, em
679 98, quando começaram esses conveniamentos de SASE, Trabalho Educativo, tudo, o Conselho
680 também é contra o conveniamento? Alguém acha que foi ruim? **Sra. Eunice Zimmermann:** Uma
681 coisa não tem nada a ver com a outra! **Sra. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu estou perguntando. Tem
682 tudo a ver. O Governo não tem condições. **Sra. Presidente:** Gilberto, por favor, conclua. **Sra.**
683 **Gilberto V. Hügel Lisboa:** Todo mundo falou em 6 minutos, agora tem que falar em um? **Sra.**
684 **Presidente:** Não. São 3 minutos. **Sra. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu acho que concurso público

685 para a FASC é necessário, porque a FASC tem um quadro celetista, que está em extinção, o pessoal
686 vai se aposentando e não tem reposição para isso. Agora, o pessoal tem que pensar nas crianças, não
687 tem que pensar quem vai atender na ponta, se vai sociedade civil ou Governo, tem que atender a
688 criança. E a Prefeitura não ia colocar aqui essa questão do orçamento se não estivesse calçada por
689 trás para honrar esse compromisso. Nenhuma Prefeitura faria isso e se fizer está errada. A Prefeitura
690 vai buscar para conseguir essa verba. Então, vamos acabar com esse negócio de que o convênio é
691 ruim, há uma época atrás não era, agora é! **Sra. Presidente:** Até este momento a gente fez uma
692 discussão em alto nível, em nenhum momento vamos aceitar provocação seja por quem for. Eu acho
693 que o respeito é bom e aqui ninguém desrespeitou ninguém. Então, não cabem essas provocações.
694 Gringa, 3 minutos. **Sra. Irilde B. da Silva:** Eu queria só saber uma coisa, as crianças de rua são
695 abrigadas nesses abrigos? **Sra. Rosana:** Sim. **Sra. Irilde B. da Silva:** E elas continuam durante o
696 dia no abrigo, ou vão para a rua? **Sra. Rosana:** O abrigo é uma moradia, como se fosse a casa dele.
697 **Sra. Irilde B. da Silva:** Essas crianças de rua vão para esse abrigo hoje, semana que vem vão para a
698 rua, o pessoal desses abrigos vão deixar, ou recolhe de novo? Quem tem responsabilidade sobre
699 essa criança? E eu entendo que esse concurso público, como tem para Conselheiro Tutelar, eles vão
700 lá para receber o *money*, as crianças devem ser atendidas. Eu conheço pessoas que fizeram concurso
701 público para cuidar de criança e puxam o cabelo, judiam das crianças. Então, para concurso público
702 tem que ter a cabecinha boa e muito amor pelas crianças, porque eu trabalho há 15 anos com
703 crianças e nunca precisei machucar uma criança. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu
704 esqueci de colocar um quadro que foi apresentado na última reunião, onde tem a rede atual, com a
705 capacidade que estava e a proposta. Segundo esse quadro hoje tem 111 crianças abrigadas em todas
706 as modalidades, com o que está previsto na primeira etapa passariam para 142 vagas, mantendo as
707 duas Casas de Acolhimento e a Casa de Passagem, cada uma com 25 vagas, ou seja, há um aumento
708 na primeira etapa de cerca de 30 vagas. Então, a nossa sugestão, talvez eu tenha me expressado mal,
709 não é de não aprovação do projeto, nós temos concordância com uma série de coisas dentro do
710 projeto. Em todo projeto nós temos algumas pendências que estão na Casa João-de-Barro, na
711 manutenção com o abrigo de médio porte, a Casa de Acolhimento e a Casa de Passagem nós
712 entendemos que elas devem entrar já nessa primeira etapa. Isso é baseado na recomendação do
713 próprio Ministério Público, onde eles concluem, é o parecer quanto ao projeto de reordenamento,
714 encaminhado pela Dra. Flávia, conclui: “Salienta-se por fim que o documento refere o fechamento
715 do AMIB, mas não expressa o mesmo com relação à Casa de Passagem e Casa de Acolhimento.
716 Sabe-se que o sucesso de um reordenamento desse porte está em não manter as regras e estruturas
717 que se quer superar, pois à medida em que existem fisicamente estão a suscitar a possibilidade de
718 novos abrigamentos”. Então, pensando nas crianças, Gilberto, é que a gente está propondo que se
719 aprove o projeto tal como está apresentado, com restrições desses dois pontos, a Casa João-de-
720 Barro, que envolve 10 vagas, e se reestruture a Casa de Passagem e a Casa de Acolhimento dentro
721 dessas vagas previstas de aumento. Quanto à questão dos recursos humanos nós nos posicionamos
722 contrários, mas entre o nada e isso que vá isso. Esse é o registro da nossa contrariedade. **Sra. Iara**
723 **de Fátima Bueno da Rosa:** Teve gente que quando se inscreveu, ou pelo menos ouvi alguns
724 comentários a respeito do custo, que é muito dinheiro. Eu acho que quando a gente está pensando
725 em criança aí fica meio antagônico quando se diz que criança é prioridade absoluta, aí em
726 determinados momentos se acha que gasta muito quando vai fazer uma ação para as crianças.
727 Agora, eu não acho que seja muito dinheiro, não acho mesmo. Agora, por exemplo, o Carlos fez
728 uma colocação aqui, que a Governança, a Fazenda, não sei mais quem, GPO, “os donos do
729 dinheiro”, digamos assim, vão aportar R\$ 500.000,00. Eu posso estar enganada, mas teve um
730 quadro que passou ali que vai faltar 900 e poucos mil. Então, eu queria saber de onde vai sair essa
731 diferença. Se o orçamento não aumenta, aí tu disseste que são só R\$ 500.000,00, a Prefeitura está
732 com dificuldades, eu diria que não, porque o que a gente tem visto muito é a questão do superávit,
733 nós vamos usar o superávit da Prefeitura exatamente para botar em um programa que é de interesse

734 da população. Como a Heloísa é uma pessoa extremamente informada e ela até me informa muita
735 coisa, ela fala que não está no PPA, eu fui verificar e não está, não está no PPA deste ano, nem do
736 ano que vem. Nós estamos falando de R\$ 500.000,00. E se vocês prestaram atenção no custo dos
737 recursos humanos, eu acho que até tem a ver com o tal do concurso, que ele passa de 600 mil e
738 alguma coisa para um milhão e alguma coisa. Então, eu acho, minha posição, que o projeto
739 realmente pode vir a ajudar a resolver a questão das crianças. Essa questão da casa João-de-Barro,
740 Quero-Quero, não sei o que, o grande nó é ter uma casa específica para determinados perfis, a idéia
741 é que se distribua as crianças. E não é o que acontece hoje? As crianças não estão distribuídas e
742 funcionou? Eu só estou colocando um ponto para reflexão. E outra coisa que quero dizer, tu
743 também falaste na questão da Educação, de buscar. Eu estou preocupada, porque independente do
744 resultado que nós tenhamos em relação ao projeto, se vai ser aprovado ou não, tem um nó, que é o
745 recurso, aprovamos tem que ter recurso. Então, quando tu falas em buscar na Educação, quero dizer
746 que 2% que seria de material pedagógico para o Trabalho Educativo, que a gente discutiu, foi um nó
747 para a FASC conseguir com a Educação, porque ela não repassou. Fez uma combinação para fechar
748 os 2% e não repassou! Então, tem que haver uma preocupação não só de sobrecarregar a FASC,
749 porque nós temos outras políticas, nós não temos só SASE e Trabalho Educativo. A gente tem que
750 ter uma bandeira para defender a assistência social com um todo, não só como um pedacinho, nós
751 temos que enxergar a Cidade como um todo. Então, nós temos que ter os recursos para o projeto,
752 mas também a preocupação para que as outras políticas sejam atendidas com a mesma eficiência.

753 **Sra. Alice D. Bittencourt:** Voltando à questão de gestão compartilhada, é diferente do convênio,
754 porque o convênio é da Entidade e a Entidade tem a autonomia sobre aquele serviço. Essa gestão
755 compartilhada sugerida é a mesma da Casa de Acolhimento, onde o conveniado apenas contrata os
756 trabalhadores e quem coordena é o gestor municipal. Não está dando certo lá, não sei porque. **Sra.**
757 **Ana Carolina:** Quem disse que não está dando certo? Isso é a tua opinião. **Sra. Alice D.**
758 **Bittencourt:** Então, não dá para a Entidade só fazendo a gestão dos funcionários e a FASC fazendo
759 a coordenação pedagógica. Ou há uma coisa compartilhada ou não. Eu gostaria que fosse revista a
760 questão do gatilho, eu acho que não dá para aprovar um projeto quando uma das prerrogativas é esse
761 gatilho. Não dá para aprovar esse projeto com tanta tipologia, eu acho que nós não queremos casas
762 com tipologia, a gente já tem isso, já teve Casa de Acolhimento, já teve AMIB, não deu certo. Eu
763 acho que a gente pode avançar nisso. E também concordo com o CRESS quando fala do não
764 fechamento da Casa de Acolhimento e a Casa de Passagem, eu acho que a gente ainda pode discutir
765 que avançar mais. **Sra. Alfa Adélia S. Buono:** Eu tenho observado as discussões, mas considero
766 uma proposta de meia hora atrás, de que fosse considerado o projeto e os detalhes, as discussões e
767 respostas, porque os dois Conselhos têm aptidão para realizar, eu acho que a gente tem que manter
768 agora que o projeto é interessante e vamos votar. Eu acho que o Conselho tem espaço para daqui
769 para frente, não só retocar o projeto naquilo que for necessário, porque ele é flexível, como todo o
770 projeto, como também para fazer pressão política, porque me parece que os dois Conselhos têm
771 força suficiente para depois fazer o alinhamento das coisas. E também forçar algumas questões,
772 porque a gente sabe que vai ter problema pelo caminho, como, evidentemente, questões financeiras,
773 questões pedagógicas, questões de organização, até essa parte contábil. Eu acho que no momento
774 que o projeto é interessante seja votado de uma vez, porque a gente vê que a prioridade de todos é a
775 criança. Nós estamos com essa discussão de “comer mingau pela beirada”, desculpem pela
776 expressão, mas eu entendo as coisas às vezes assim, e a criança parece que está em um terceiro
777 plano. Então, eu proponho que a gente de uma vez vote, porque o projeto é sério, a gente percebe
778 que foi muito bem elaborado, foi muito bem exposto. Eu queria expor uma posição pessoal em
779 relação àquela casa onde querem reunir as crianças com um perfil específico. Eu acho que quando a
780 gente tem o problema de alguém que precisa de um transplante, ou de um atendimento muito
781 específico de cardiologia, enfim, você não vão procurar um hospital de bairro para isso, você vai
782 procurar um hospital muito especializado. Então, eu acho que essas crianças realmente vão ter que

783 ter um atendimento extremamente especializado, com todos os técnicos preparados para isso para
784 que depois possam ser ajustados e serem distribuídos nas casas com um perfil mais de família.
785 Então, não podemos atirar uma criança em uma casa onde o perfil é para crianças, vamos botar em
786 uma escala, de comportamento mais normal, uma criança que está precisando de um atendimento de
787 “transplante”. Então, eu acho que nós não vamos discriminar ninguém em botar em uma casa
788 dessas, ao contrário, ele vai ter um atendimento mais carinhoso, mais específico, mais
789 especializado. Era isso. **Sra. Elvira C. da Silva:** A minha visão desse projeto é o seguinte: o alvo é
790 a criança, criança, criança. Vamos formar essa criança na Casa de Passagem e mandar para a
791 família, nenhuma única vez, com toda essa verba para o projeto se fala em trabalhar a família.
792 Como vocês vão trabalhar uma criança e mandar para uma família desestruturada? Adiantou vocês
793 gastarem todo esse trabalho, toda a dedicação de vocês para mandar para uma família que está
794 desestruturada, uma família que não vai aceitar essa criança? Se aceitar essa criança vai voltar para
795 a rua novamente para fazer as mesmas coisas! Eu acho que é um que ninguém pensa na família, só
796 pensa na criança. Outra coisa, é para a moça na mesa aí, ela acha que a pessoa para ser qualificada
797 tem que ser concursada. Nós somos da sociedade civil e temos qualificação para cuidar das crianças
798 e adolescentes e não somos concursados. Só isso! **Sra. Luciane Escuto:** Eu acho que nós
799 deveríamos dar um encaminhamento final, até dizer para as gurias que fizeram o projeto, que o
800 projeto está muito bem elaborado, muito bem escrito. E nós discutimos na semana passada, no
801 CMDCA, que ele está a um passo do ideal, nós ainda temos que efetivar algumas coisas. Quero
802 deixar bem claro que todos os Conselheiros do CMDCA foram convocados para esta plenária
803 extraordinária, como aconteceu no ano passado quando aprovamos o projeto das Casas Lares.
804 Então, temos contribuições, tivemos vários questionamentos, mas concordo quando o pessoal fala
805 do papel dos Conselhos. E, dona Elvira, a gente precisa restabelecer a questão da família, do vínculo
806 família. E como que a gente faz isso? Através das metas e convênios que a gente tem, como todos
807 os programas de assistência social, como bem disse a Iara, o nosso amigo Joaquim, claro, ele puxa
808 para o nosso lado, população criança e adolescente. Lembrando, então, que a gente tem uma
809 responsabilidade. Que concepção é essa de abrigagem que a gente quer? É como disse a Bernadette,
810 nós precisamos acabar com o que está posto até agora e vamos reconstruir, mas a gente só vai
811 reconstruir se a gente conseguir colocar na prática. Isso está me preocupando, está me agonizando, eu
812 não estou dizendo que a gente tenha que aprovar, mas dizer para vocês que se os Conselheiros dos
813 Direitos estão poucos aqui é porque são as pessoas que acreditam em uma mudança, em uma
814 transformação social. E dizer para vocês que me emocionei muito quando a Nice falou, e lembrei da
815 época que eu trabalhei com ela, aí comecei a ver os rostos dessas crianças, que podem ser
816 adolescentes hoje. Isso me preocupa se a gente começar a pensar aprova ou não aprova esse projeto,
817 a gente pode aprovar, mas como vai se dar o monitoramento? Como vai se dar entre Conselho de
818 Assistência e Conselho da Criança e Adolescente? Ela deve acabar aqui? Ela não deve acabar aqui e
819 não pode acabar aqui. Como disse a Leci, como disse a Mariazinha, o Plano Nacional de
820 Convivência Familiar e Comunitário fala da família que a gente tem que resgatar, fala do
821 abrigo, não está falando em aumentar as vagas, mas das vagas que nós temos, nós temos que
822 suprir essa necessidade. A Cidade está cheia de crianças pelas ruas, ela fala em programas
823 alternativos, como é o caso da Alice, que desenvolve o Programa Famílias Acolhedoras, mas nesse
824 momento a nossa Cidade não pode falar em não ter abrigo, a gente não pode se dar ao luxo.
825 Então, como a gente vai fazer isso? Através do monitoramento dos dois Conselhos. Eu proponho
826 que a gente continue fazendo de uma forma efetiva e permanente. E como foi dito pela Bernadette,
827 não estamos dizendo que o projeto não tem mérito, que o projeto não está bom, ele está bom sim,
828 tem ajustes a fazer, isso é papel dos dois Conselhos em a gente estar incentivando essa questão da
829 abrigagem que a gente quer. **Sra. Presidente:** Vamos encaminhar agora. Nós temos um
830 encaminhamento colocado e vamos encaminhar. Temos o encaminhamento feito pela Luciana, pela
831 Leci, pela Alfa, pela Bernadette e pela dona Elvira para que a gente encaminhe, que se coloque em

832 votação esse projeto com ressalvas, com o monitoramento, com o acompanhamento das Comissões
833 de Política, o trabalho com a família. Nós temos um encaminhamento contrário, que é o
834 encaminhamento da Alice. Então, a minha proposta é que se coloque em votação os dois
835 encaminhamentos: um que aprove; e o segundo a Alice vai esclarecer a contrariedade. **Sra. Alice D.**
836 **Bittencourt:** Se nessas ressalvas nós vamos colocar as questões que eu coloquei: gatilho, tipologia,
837 fechar a Casa de Passagem e Casa de Acolhimento; se isso vai ser ressalva. **Sra. Presidente:** Alice,
838 essas questões estão colocadas nas ressalvas e nos encaminhamentos que estão sendo dados,
839 inclusive, pela Bernadette. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu tenho a ressalva da
840 manutenção da Casa de Passagem e a Casa de Acolhimento. **Sra. Presidente:** Então, vamos colocar
841 no quadro as propostas. Bernadette, esclarece a tua proposta. **Sra. Maria Bernadette M. de**
842 **Medeiros:** Uma maneira de incluir nessas vagas, de 111 para 142 o reordenamento da casa atual.
843 Nessa primeira etapa que seja pensada uma forma de solucionar os problemas que hoje existem na
844 Casa de Passagem e Casa de Acolhimento. **Sra. Presidente:** Aí nós temos que abrir a discussão,
845 porque isso altera todo o projeto, isso a gente já viu na Comissão de Políticas. **Sra. Maria**
846 **Bernadette M. de Medeiros:** Essa questão da manutenção das duas casas não foi discutida. **Sra.**
847 **Presidente:** Foi sim, assim como foi levantada a questão dos recursos humanos, das contratações, o
848 que isso significa. Para fazer esse levantamento a gente não pode votar o projeto hoje, porque vai ter
849 que refazer todo o projeto. **Sra. Rosana:** Hoje a Casa de Acolhimento e a Casa de Passagem
850 deveriam acolher 53 crianças e adolescentes, está atendendo 97. Se eu tirar daqui as crianças
851 excedentes vai dar em torno de 50 crianças. Se eu fechar hoje a Casa de Acolhimento e a Casa de
852 Passagem e transferir essas 50 crianças para as oito casas novas eu não vou ter nenhuma vaga nova
853 e vamos continuar com a rede estourada. Hoje a gente está tentando não botar de forma alguma
854 criança na Casa de Passagem e na Casa de Acolhimento, não é que a gente não concorde com isso, é
855 que neste momento não tem como. Não dá para colocar mais gente lá dentro. **Sra. Presidente:**
856 Diante das questões levantadas nós temos duas coisas para fazer: votar pela aprovação do projeto ou
857 votar pela rejeição do projeto. É isso. Se ganhar a aprovação do projeto aí se coloca quais são as
858 ressalvas, isso sai na resolução, se for rejeitado a FASC tem que refazer o projeto. **Sra. Sandra**
859 **Mara Nunes:** Só um esclarecimento com relação às ressalvas. Na medida que as ressalvas
860 alterarem o custo do projeto não é possível. **Sra. Leci Soares de Matos:** A Mesa acolheu todas as
861 propostas, agora vamos encaminhar para a votação. **Sra. Alice D. Bittencourt (Questão de**
862 **Ordem):** Mas eu preciso de esclarecimentos. Se essas ressalvas vão mudar algumas coisas que não
863 podem ser mudadas ou que alteram o orçamento, a gente tem que ver. Não adianta nós colocarmos
864 as ressalvas ali e depois a FASC dizer que não dá. **Sra. Presidente:** É por isso que nós só temos
865 duas alternativas, ou aprova, ou rejeita. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Então, que sejam
866 aprovados os pontos incontroversos e os pontos controversos a gente faz uma nova reunião com os
867 esclarecimentos necessários. **Sra. Sandra Mara Nunes:** O que eu queria trazer é o seguinte: se nós
868 vamos pegar a ressalva com relação à implantação imediata do reordenamento da Casa de
869 Acolhimento e da Casa de Passagem integralmente. Bernadette, isso é uma ressalva. Se essa
870 ressalva entra, então, o projeto não está sendo aprovado, porque o projeto aponta como primeira
871 etapa a implantação daqueles núcleos que foram estabelecidos com aquele número de metas. Então,
872 o que pode ser feito é encaminhar à FASC dizendo que o projeto não foi aprovado em função de tais
873 ressalvas. Agora, se o projeto for aprovado é na íntegra, não tem alteração. **Sra. Iara de Fátima**
874 **Bueno da Rosa:** A questão é a seguinte: ou aprova ou não aprova, porque a questão de ressalva é
875 para não aprovar. Então, vamos entrar em processo de votação. Quero deixar claro que quem é
876 Conselheiro Suplente não vota. Então, quem aprova o projeto levante a mão, por favor. Dezenove
877 votos. Quem é contrário ao projeto que levante a mão. Oito contrários. Quem se abstém? Três.
878 Então, ficou aprovado o projeto. **Sra. Alice D. Bittencourt:** Eu quero declaração de voto. **Sra. Iara**
879 **de Fátima Bueno da Rosa:** Pois não, faça. **Sra. Alice D. Bittencourt:** O Instituto Amigo de Lucas
880 se coloca contrário a este projeto da maneira como está por entender que isso fortalece uma política

881 de abrigagem na Cidade, ao contrário do Plano Nacional, ao contrário do SUAS, ao contrário do
882 ECA e ao contrário da LOAS. Se nós não tivéssemos colocado em votação hoje, se tivéssemos tido
883 mais uma Plenária para discutir essas ressalvas, certamente, esse projeto teria sido aprovado com
884 muito mais qualidade. Infelizmente, a Cidade sai perdendo e nós vamos ter que admitir que esta
885 Cidade está fazendo uma política apoiada pelos dois Conselhos, de Assistência e da Criança e
886 Adolescente. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então, damos por encerrada esta reunião.
887 *(Encerra-se a reunião às 21h22min).*